

História, Memória, Identidades e políticas públicas: a singularidade da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

History, Memory, political identity and public policy: singularities from the west frontier from Rio Grande do Sul

Historia, Memoria, Identidad y Políticas Públicas: la Singularidad de la Frontera Oeste del Rio Grande do Sul

Ronaldo Bernardino Colvero¹

Marconi Severo²

Alan Dutra de Melo³

Resumo

O objetivo deste artigo é estabelecer aproximações entre termos como a história, memória e identidade enquanto elementos importantes na compreensão das sociedades e políticas públicas, especialmente as de Fronteiras. Nesse sentido, percebe-se que as relações de poder instituídas ao longo do tempo pelas elites alteraram as relações entre Estado e sociedade, estabelecendo um novo contexto social nestas regiões. As políticas públicas em regiões de fronteiras necessitam de uma melhor compreensão da realidade social. Para isto, é importante intercalar nestas discussões os diferentes saberes de todas as áreas do conhecimento.

Palavras-chave: História; Identidade local; Políticas Públicas.

Resumen

El propósito de este artículo es establecer similitudes entre los términos tales como la historia, la memoria y la identidad como elementos importantes en la comprensión de las sociedades y las políticas públicas, en especial la Frontera. En este sentido, es evidente que las relaciones de poder establecidas con el tiempo por las élites alteran las relaciones entre el Estado y la sociedad, se establece un nuevo contexto social en estas regiones. Las

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor adjunto IV da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), *Câmpus* São Borja, no curso de Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Líder do grupo de pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Uruguai; ronaldocolvero@unipampa.edu.br.

² Mestrando em Políticas Públicas da UNIPAMPA *campus* São Borja. Membro do grupo de pesquisa “Relações de fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai”, marconisevero@hotmail.com.

³ Doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Professor Assistente II da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), *Câmpus* Jaguarão, nos cursos de Bacharelado em Produção e Política Cultural e Tecnologia de Gestão em Turismo. Contato: alanmelo@unipampa.edu.br

políticas públicas em las regiones fronterizas necesitan una mejor comprensión de la realidad social. Por esto, es importante para avanzar en estas discusiones los diferentes conocimientos de todas las áreas del conocimiento.

Palabras clave: la historia; identidad local; Políticas públicas.

Abstract

The purpose of this article is to establish similarities between terms such as history, memory and identity as important elements in understanding the societies especially the Border. In this sense, it is clear that the power relationships established over time by the elites altered the relations between state and society, establishing a new social context in these regions. Public policies in border regions need a better understanding of social reality. For this it is important to gather these discussions the different knowledge of all areas of knowledge.

Key-words: History; local identity; Public policy.

1. A percepção social e identificação cultural: o papel da história em contextos de fronteira.

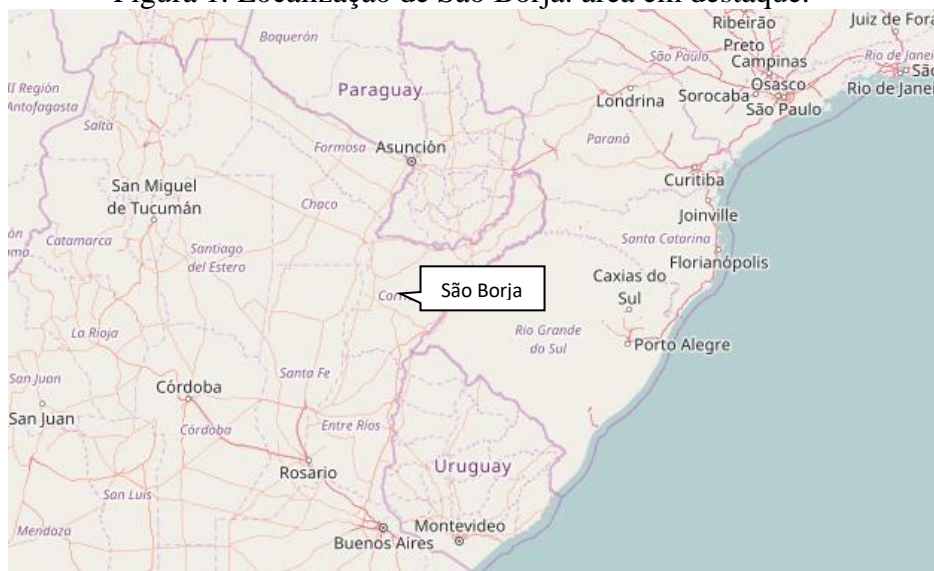
Quando o debate teórico envolve o termo fronteira, podem-se perceber várias tendências em seus usos, algumas até mesmo antagônicas. O estudo de relações baseadas nas fronteiras e como estas influenciam na produção cultural e na própria identidade dos atores sociais que vivem neste contexto é uma temática fértil, em termos de pesquisas científicas (CEOLIN, COLVERO, SANTOS, 2016; COLVERO, 2004; COLVERO, SEVERO, 2015; SANTOS, 1993). Estudos realizados com base no caráter histórico, visando explicar como o processo de formação de identidades está relacionado com as fronteiras, apontam para resultados que exigem uma multidisciplinaridade, em termos acadêmicos, para uma exata compreensão do tema pesquisado.

Além de termos próprios da geopolítica, estudos como estes envolvem, também, aspectos econômicos, culturais, políticos e ambientais. Considerando a existência e os apontamentos de singularidades para estudos que envolvem percepções históricas de identidades, ainda mais quando abordadas em contextos de fronteira. O presente artigo focará nas fronteiras do Rio Grande do Sul, em especial na região de fronteira oeste. O local que trabalharemos *in loco*, como fonte analítica, será o município de São Borja. Há, entorno deste local, uma variada gama de estudos pertinentes a esta temáticos, já realizados e em andamento (COLVERO, MAURER, 2011; COLVERO, SEVERO, 2015).

O estudo de uma região, em especial quando localizada em um contexto de fronteiras, aproxima-se do debate com outras áreas, tais como a geografia, antropologia e mesmo a Ciência Política. São Borja possui 62.897 habitantes (IBGE, 2016), e localiza-se na fronteira entre Brasil e Argentina, confronto ao município de São Tomé, separado e unido pelo Rio Uruguai, importante afluente na Bacia do Prata (VILLAR e SANT'ANNA, 2014). O local de estudo atesta alguns aspectos recorrentes às áreas de políticas públicas específicas e apoio

estatal diferenciado (CEOLIN, COLVERO, SANTOS, 2016). A probabilidade de influências endógenas afetarem o andamento de uma política pública projetada para contextos distantes de uma realidade como esta, é alta, como veremos a seguir.

Figura 1. Localização de São Borja: área em destaque.



Fonte: Adaptado de IBGE (2016)

Estudar a relação existente em regiões de fronteira pode recair em interpretações variadas conforme o local, o período histórico e a corrente teórica utilizada para efetuar-se este estudo. Tal temática vai muito além de termos como cartográficos ou, em uma área específica, voltados para políticas públicas. E tanto mais complexo quando estas últimas forem de caráter vertical, ou seja, estabelecidas pelo poder central sem analisar o contexto local, para sua efetiva aplicação. Nesse sentido, quando falamos de identidades culturais, somado à análise histórica, deve-se considerar que “estamos aqui no âmbito do relativismo: cada performance e cada etnografia são relativas a um determinado contexto cultural e seu significado só pode ser compreendido nesse contexto (HARTMANN, 2005, p.128).

A abordagem envolvendo o olhar histórico, em busca de desvendar aspectos da identidade de um determinado local como, por exemplo, a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, deve considerar sua formação patrimonial existente. Além do patrimônio material, manifestações culturais também são imprescindíveis, tais como a própria história oral. Em pesquisa semelhante a esta, mas como foco na história oral e sua relação com a identidade de um povo, Hartmann (2005) observa que também são responsáveis pela circulação das narrativas orais através da região, “os viajantes, tropeiros, domadores, esquiladores, contrabandistas, parteiras...” que “ao contarem suas histórias, criam uma comunidade que

traça, através das narrativas, novos limites para sua fronteira, não mais política, mas simbólica”(HARTMANN, 2005, p.147).

Em regiões como estas, é possível analisar e compreender a dinâmica da multiplicidade de fluxos e intercâmbios culturais e políticos, os quais, por sua vez, influenciam e/ou são influenciados pela identidade local. Por este fator é importante ressaltar que realmente é “na região é que se forma a identidade” (COLVERO, 2004, p. 24). A relação desta com o local no qual está inserida se encontra diretamente condicionada a diversos outros fatores como, por exemplo, a construção e preservação de traços históricos, patrimoniais e culturais. Contextos modificados por meio de políticas públicas voltados para esta área, também refletem no processo de percepção de identidades.

A própria identidade cultural, ainda mais em se tratando de fronteiras, vem ao encontro desta teoria. “Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”; e mais: “ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’” (HALL, 2003, p. 38). Obviamente que este processo contínuo é um reflexo de mudanças externas e internas ao contexto social, por exemplo, determinadas ações estatais que podem afetar diretamente nos processos de identificação não apenas cultural, mas política, como bem atesta Milton Luz em seu estudo (2005).

Nos referimos à mudanças nas percepções de identidade por um determinado programa estatal quando, por exemplo, o poder público reconhece um bem como patrimônio – seja ele material ou imaterial – como algo de valor significativo para a comunidade na qual esteja inserido. O mesmo processo pode ser percebido, também, como políticas públicas que visem a valorização da identidade de determinado grupo, bem como sua sustentabilidade. O trabalho de Luz (2005) vai ao encontro de interpretar os símbolos nacionais de diversos países, com foco no Brasil, visando, desta forma, compreender o processo de formação da identidade de um povo através de seus símbolos historicamente construídos.

Aproximemo-nos, novamente, da peculiaridade que envolve o termo fronteira. Em uma visão simplificada, por longo período a fronteira foi entendida como uma mera faixa que separava nações. Todavia que há uma nova reconstrução em cima deste termo, pautado especialmente pela dinâmica internacional das relações entre Estados e também de acordo com as manifestações culturais e sociais presentes nestes locais. Aproximando com a região em análise, concorda-se que a “zona de fronteira rio-grandense-uruguaia passou a ser não apenas uma extensão dos limites, mas, sim, uma área de interação, interdependência e complementaridade (RECKZIEGEL, 2002, p.29).

Referente o que se aborda historicamente como Estado-nação, ainda mais se considerado o contexto latino-americano, concorda-se que este termo “hoje, visivelmente, está em vias de perder uma parte importante de suas velhas funções, nominalmente aquela constituição de uma ‘economia mundial’ confinada territorialmente, que formava, ao menos nas regiões desenvolvidas no mundo, um bloco estabelecido na ‘economia mundial’ mais ampla” (HOBSBAWM, 2008, p.206).

Pesquisas envolvendo a identidade de um local e as manifestações do Estado por meio de identificação patrimonial são extremamente gratificantes, em termos de conhecimento e produção científica. Um exemplo disso foi a pesquisa realizada entorno dos monumentos *post mortem* presentes em São Borja (COLVERO, RHODEN, SEVERO, 2015). É importante mencionarmos aqui, o fator contributivo que uma política pública voltada para a preservação patrimonial possui, enquanto forma de fomentar o reconhecimento do valor cultural que determinado patrimônio possui para com a identidade local. Esta pesquisa, por exemplo, demonstrou que o poder público promove políticas públicas para preservação patrimonial tanto como forma de fomento à identidade da comunidade local, como forma de atração turística.

Além disso, este fator contribui diretamente para a democratização da cultura e processos educacionais por meio de preservação e reconhecimento de bens culturais inseridos no contexto local, regional ou até mesmo nacional (LUZ, 2005). Em termos que refletem estes três níveis de abrangência, novamente podemos citar como exemplo o município de São Borja. Considera pelo poder público local como primeiro dos Sete Povos das Missões, tal municipalidade possui sua origem com fundação da redução missioneira de São Francisco de Borja, em 1682⁴, o qual, por sua vez, advém de um desdobramento de sua matriz, ou seja, a redução de Santo Tomé, na atual Argentina.

De forma distinta, em relação aos Sete Povos Missioneiros, a Redução de São Francisco de Borja possuía uma proximidade geográfica mais voltada à sua antiga matriz do que em relação às demais reduções que compunham os Sete Povos. Este fator gerou um processo de intercâmbio constante entre estas comunidades, ainda hoje presente. Não obstante, este fator contribui para formar uma singularidade em termos da identidade local, o que fica perceptível sob o viés da análise histórica. Cabe destacar, também, que o próprio rio

⁴ Esta data é utilizada pelo município de São Borja para comemoração de sua fundação, porém existem discussões sobre a data correta de fundação. Ver mais em Colvero&Maurer (2009).

Uruguai constitui-se como um fator-chave neste processo, pois além de ser uma importante via fluvial, também é o limite de fronteira entre Brasil e Argentina.

A formação da identidade local fora construída ao longo de mais de três séculos de história, e logo cabe elencar também (MAESTRI, 2010) abordando o Rio Grande do Sul e (GARCIA, 2010) sobre as fronteiras e limites do estado. Um bom exemplo desta construção histórica deu-se com expulsão dos jesuítas pela Coroa Portuguesa, na metade do século XVIII. Este fato gerou uma reorganização político administrativa neste território. Em fins do século XVIII e principalmente no início do século XIX, a Coroa Portuguesa, ainda preocupada em consolidar seus domínios nas regiões de fronteira, em especial as fronteiras localizadas ao sul de suas possessões americanas, inicia um processo de colonização baseado na doação de grandes sesmarias (COLVERO, 2004). O seu objetivo era atrair e consolidar seus súditos na região – e este foi o caso de São Borja.

É evidente que estas decisões políticas influenciaram decisivamente na formação da identidade desta região. A questão agrária é um perfeito exemplo. A distribuição social e agrária é pautada pela baixa densidade demográfica no meio rural, concentração urbana e produção rural com base em latifúndios (BERTÊ, et al, 2016). Em termos históricos, isto se explica, também pelo fato de que a “propriedade da terra, também no território argentino, chegou antes da ocupação e do povoamento com gente” e isto “revela um projeto claro, elaborado pelas elites locais ou em nome delas, que orienta o processo de ocupação territorial na América Latina” (SANTOS, 2010, p.126)

Este aspecto é de suma importância, pois condensa a formação histórica, a identidade e o processo existente entorno de determinadas políticas públicas voltadas para a região. Em termos de políticas de redistributivas, de saúde e, principalmente de segurança, em especial as que envolvem fronteiras, a mesma dificilmente se torna eficaz se não for considerada a participação horizontal da comunidade a ser beneficiada pela mesma.

Existem múltiplas formas de viver a fronteira, a grande maioria delas ocorre de maneira despercebida pelos próprios moradores das regiões limítrofes. [...] a população fronteiriça possui uma relação muito particular com a situação no qual se encontra. (CARDIN, 2013, p. 1244).

Pensamos que, tomando como base as singularidades presentes na formação histórica e mesmo aspectos identitários, a formulação, implementação e, posteriormente, a avaliação de políticas públicas (SOUZA, 2006), está condicionada, em partes à estes fatores. A eficiência

e mesmo as dificuldades entorno da “ação intencional com objetivos pré-definidos” (SOUZA, 2006), ou seja, de uma política pública, pode encontrar uma variável explicativa que envolva estes aspectos. Consequentemente, uma análise multidisciplinar é necessária.

Em termos de percepções identitárias, a linha é tênue entre o que é, e pode ser cientificamente comprovado e do que se tem como mero senso comum. Este fato atesta a importância de uma rigorosa pesquisa. A construção e democratização do conhecimento precisa ir além de conjecturas, pois carece de comprovação. Nesse sentido, concordamos que, se “deixado a si mesmo, o senso comum é conservador e pode legitimar prepotências, mas interpenetrado pelo conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade. Uma racionalidade feita de racionalidades” (SANTOS, 2010, p.90).

Envolvendo a questão de segurança nacional, comércio, dentre outras, a identidade historicamente construída em uma região de fronteira não pode ser considerada homogênea, nem mesmo entre outras regiões que sejam, também, fronteiriças. Deve-se considerar o local, contexto histórico e formação, bem como a consolidação destas regiões fronteiriças. Por esse motivo, “não se pode perder de vista o fato de que o âmbito regional possui uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas” (RECKZIEGEL, 1999, p. 20). Em termos de identidade, para a população de uma região como a da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, o próprio contrabando não é visto de forma tão criminalizada como em outras regiões do país (COLVERO, 2004), distanciadas ou completamente alheias à questões como esta.

Nesse sentido, concorda-se que “a fronteira corresponde a uma variável presente e constante nos modos de viver e nas estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos sujeitos que vivem na e da fronteira” (CARDIN, 2013, 1244). Há, nestes casos, uma singularidade jurídica, do que é peculiar, paralela a condições identitárias e históricas de uma região como fronteira, em especial as do oeste e sul do Rio Grande do Sul. Em termos culturais e sociais, percebe-se esta fusão de manifestações fronteiriças e identitárias:

Para um morador das fronteiras com a Argentina ou o Uruguai, comprar roupas, cosméticos ou ir ao supermercado no país vizinho não é uma postura criminalizada e, muito menos, de cunho exclusivamente econômico, embora juridicamente possam ser condenáveis (CARDIN, 2013, p. 1245).

E observações como estas nem sempre são de fácil percepção. E, como visto, a linha que separa o material empírico suscetível à comprovação científica do senso comum, é muito tênue. Algumas variáveis para estudos de caso como estes ganharam destaque como, por

exemplo, o uso da história oral. Para alguns pesquisadores, como Campigoto (2008, p. 380), “as narrativas orais apresentam-se como campo privilegiado para a pesquisa histórica” o que gera a hipótese de que “as histórias orais, as narrativas contadas nos meios populares, ou seja, as formas de enunciar a fronteira no cotidiano, indiquem outras maneiras de enunciar as linhas de limites” (CAMPIGOTO, 2008, p. 380).

Entretanto, vale ressaltar a dificuldade em se colher materiais práticos e diretos, como fontes oficiais, por exemplo. A consulta às atas em Igrejas e Câmaras Municipais, bem como outras fontes, como os próprios patrimônios, fornecem informações que estão diretamente relacionadas a algum evento ou episódio que marca a crença popular. Não obstante, muito da história oral carrega consigo peculiaridades de difícil interpretação científica, e muitas vezes é necessário utilizar a antropologia para melhor compreender esta temática. Todavia, ainda assim é um excelente suporte para pesquisas que visem estudar as singularidades históricas e identitárias de uma determinada região.

Nesse sentido, é obrigatório fazermos a correlação entre um bem patrimonial concreto, ou seja, material, e uma crença difundida pela oralidade, sendo que em alguns casos esta pode até mesmo adquirir o caráter de patrimônio imaterial. Em termos sociológicos, pode-se afirmar que um determinado bem social só possui valor, ou em outros termos, possui valor mais elevado, apenas no contexto em que se insere. Por exemplo, a cruz missioneira e o sentimento que esta acarreta enquanto bem patrimonial, não surtiria o mesmo efeito de identificação social caso fosse transferida para outra região do Brasil, em especial se nesta região não houver embasamento histórico do que é, bem como do seu significado com um patrimônio cujas características remontem ao período missioneiro.

Um marco patrimonial e histórico que, ao contrário do exemplo anterior, expande suas fronteiras pode ser percebido com a Guerra do Paraguai e o que ela acarretou, em termos históricos. Neste sentido também ganha cada vez maior importância a memória deste fato histórico (BRASIL, 2016). O poder público de São Borja, em 2015, fez um evento comemorativo, referente aos 150 anos da invasão por soldados paraguaios em solo nacional. Este mesmo aspecto influenciou na formação identitária da região, em especial com bases na formação histórica, cuja municipalidade fora partícipe de importantes acontecimentos. Em pesquisas semelhantes, Campigoto (2008), ressalta que a oralidade histórica desta região fronteiriça recai, quase que inevitavelmente em um mesmo ponto de partida histórico, o qual relata:

A chamada Guerra do Paraguai é um fragmento de memória recorrente quando provocamos estes moradores da fronteira a falar sobre suas vidas. Parece haver algo insólito na reminiscência do conflito porque sempre retorna ele num cenário de tantos enredos possíveis (CAMPIGOTO, 2008, p.392).

Percebe-se que as relações históricas possuem um peso notável em termos de identificação cultural e social. Nesse sentido, a identidade, que é constantemente construída de acordo com o local e contexto, não se manifesta somente em grupos, mas também de forma pessoal. De acordo com este raciocínio, “as relações de posse e pertença ao lugar no qual se vive podem ser consideradas como indissociáveis porque, mesmo quando as pessoas não habitam no que lhes pertence, sempre se referem ao lugar em que residem ou viveram” (CAMPIGOTO, 2008, p. 402).

Em trabalho semelhante a este (JOVINO, SEVERO, COLVERO, 2016), analisamos o sentimento de pertencimento da região missioneira do Rio Grande do Sul, por meio dos seus patrimônios. Resultou desta, que há um elo positivo e reivindicatório de direitos culturais, de relação entre identificação pessoal e comunitário de acordo com um sentimento comum, representando pelo passado missioneiro. Neste caso, o patrimônio recai não apenas para consolidar e proteger um bem material existente, mas sim, à partir do monumento em si, constrói-se um sentimento de pertencimento e identificação histórica, no mesmo sentido apontado por (CHAUI, 2006) quando aborda a importância da cidadania cultural e (RUBINO, 2011) sobre o patrimônio como reivindicação social.

E próxima a região missioneira, temos outros aspectos que formam a identidade comunitária, além de fomentar sua constante atualização, como observado em regiões de fronteira. O processo de políticas públicas voltadas para regiões como estas deve ser, como observado anteriormente, formulado de acordo com as especificidades locais e regionais. Em termos de construção histórica, podemos perceber que tais manifestações presentes atualmente nessas regiões são construções históricas efetuadas ao longo dos séculos:

Todos os povoados que costeiam os limites-sul-rio-grandenses possuem características próprias de cidades formadas a partir de inter-relações, nem sempre amigáveis, com pessoas que possuíam hábitos e línguas totalmente diferenciadas, mas que buscavam subterfúgio no outro lado para complementar sua sobrevivência, em regiões praticamente deixadas de lado pelos poderes centralizados (COLVERO, 2004, p. 61).

Podemos pensar em uma região como esta, mesmo atualmente, em que a identidade possui tendências a voltar-se para o exterior do Estado em que se faz parte do que para apenas voltado para o interior. Um bom exemplo seria a maior identificação dos gaúchos com os

vizinhos argentinos e uruguaios, especialmente nestas regiões, do que uma identificação com seus pares brasileiros, de regiões mais distantes, tendo em vista o Brasil pela sua dimensão pode ser considerado um país continental.

Observa-se, desta forma, a complexidade da zona de fronteira. E tal conceito, ou seja, fronteira-zona, parte do pressuposto, “primeiro, que a fronteira tem suas limitações políticas e suas jurisdições territoriais determinadas pelo estado e, segundo, a zona de comércio sofre e influência decisivamente na economia local e regional” (COLVERO, 2004, p. 112-113). O estudo de regiões de fronteira, principalmente em termos históricos e identitários, deve estar atento para questões multidisciplinares. Não obstante, a formulação de políticas públicas voltadas para estes setores deve percorrer semelhante caminho.

As manifestações de identidade podem ser observadas de variadas formas, via oralidade histórica ou mesmo presente em algum patrimônio material, além de outras fontes, muitas vezes históricas. Nesse sentido, a especificidade de uma região como esta deve se considerada na formulação e implementação de uma política pública, visando, assim, sua maior eficiência. A complexidade presente nestes locais direciona a atenção do pesquisador e formulador de políticas públicas para uma singularidade que não permite a aplicabilidade vertical das mesmas. Neste sentido, a formulação e interação horizontal da sociedade civil como um todo, e destas regiões em específico, devem ser consideradas.

Logo, a identidade hoje poderia inclusive ser pensada e percebida em algumas situações como sem fronteiras, conforme aponto (RIBEIRO, 2011) de modo mais liberal, pensando no seu contexto a partir de Portugal, destacando o desgaste nas essencialidades vinculadas ao imaginário e as práticas presentes culturais, conclamando ao final por fim pela livre circulação de pessoas e suas práticas culturais apontando para a necessidade de uma “hospitalidade universal”. E por outro lado a identidade no sentido estatal está muito bem localizada no contexto de construção das nacionalidades, como bem assevera (ANDERSON, 2008) e (HOBSBAWN e RANGER, 2014), de tal modo que o recurso à história torna-se condição indispensável para compreender as fronteiras. E tendo em vista o histórico colonial e os processos de independência regional nestes dois últimos séculos a história e as fronteiras são em grande medida faces da mesma moeda. E ainda neste caminho (GRUMAN, 2011) discorre sobre as especificidades brasileiro.

2. Políticas públicas de patrimônio e memória e a sua inserção territorial

As políticas públicas no Brasil devem levar em consideração conforme asseverado as particularidades locais, e no caso brasileiro (DAGNINO e COSTA, 2013) destacam que é

preciso então construir o chamado estado necessário, diferenciando do estado herdado, autoritário e excessivamente burocrático e pautado em prescrições únicas com viés economicista. Portanto apontam que deve-se busca compreender a realidade à partir do seu contexto, propondo então um modelo que é denominado de “Planejamento Estratégico Situacional”, onde existe mais de uma possibilidade de implantação para as políticas públicas e portanto deve abarcar a intencionalidade dos atores em situação de governo e os vários atores envolvidos, a definição dos recursos necessários e aponta ainda que a ação humana é intencional e nem sempre previsível, pois “o jogo social é sempre de final de aberto” (DAGNINO e COSTA, 2013 p.31).

E ainda com relação às políticas públicas (SECCHI, 2010) aponta modelos interessantes que agregam a possibilidade de vislumbrar a tipologia da políticas públicas levando em consideração a sua tipologia, bem como real intencionalidade na sua implantação, destacando ainda em sua obra que nem todas as políticas públicas são governamentais.

Agora por outro lado, para adentrar na seara do estado cabe buscar compreender a sua racionalidade, como atesta (BORDIEU, 2014) em textos anteriores e nesta especialmente, como obra póstuma denominada “Sobre o Estado”, onde mais uma vez desenvolve análises voltadas para os processos de dominação estatal. No entanto não cabe olvidar os descaminhos que muitas vezes o estado toma, e logo (SOUKI, 1998) busca melhor descortinar Hannah Arendt em sua obra sobre a banalidade do mal, e ao analisar o contexto da segunda guerra mundial do século XX na Alemanha concluiu que o mal é banal, pois só o bem poderia ser radical e vaticina os elementos da banalidade do mal como: necessidade, irrealidade e vazio do pensamento. A tese de Arendt é controversa, mas é inegável que a racionalidade estatal, especialmente através dos seus representantes, em alguns momentos toma direção e sentido oposto aos seus próprios princípios.

Portanto, ao discutir o patrimônio e memória, é necessário buscar os nós da história entrelaçados nos processos de identidade, bem como estar atento às possibilidades de novos desenhos de políticas em acordo com a necessidade. E para tanto, ao discutir Brasil vale destacar (RIBEIRO, 2006) com o sentido e formação do povo brasileiro, destacando todo o histórico de exclusão social nacional, especialmente para índios, negros e pobres em geral. Mas nem por isso desconhece das nossas potencialidades que são muito maiores do que os limitantes. Mas também bem questiona em outra ocasião e revela o âmago da nossa cultura quando dispara (RIBEIRO Apud FERRAZ, 2008 p. 14).

O que é que todos nós queremos? É fazer um país habitável, em que as pessoas existam para serem felizes, alegres, amorosas, afetuosas, todo mundo comendo todo o dia. Não é uma alegria? Não é um absurdo que um país tão grande, tão cheio de verde, tenha tanta gente com fome?... O Brasil não tem nenhum bezerro abandonado, não tem nenhum cabrito abandonado, nenhum frango. Todo frango tem um dono. Mas tem milhões de crianças abandonadas. Quando uma sociedade perde seu nervo ético, perde ser apego por suas crianças, que é a sua reprodução, é uma enfermidade tremenda.

Logo, tal discussão também pode ser situada no contexto de integração regional, via MERCOSUL, de acordo com (PENNAFORTE e RIBEIRO, 2016) ou ainda retomando (RIBEIRO, 2010) quando pergunta se América latina existe? E logo já aponta caminhos em comum, e o território é um ponto incontroverso, mas também com destinos independentes. No mesmo sentido da independência regional e de país aberto para a ordem internacional apontam os uruguaios (AROCENA e CAETANO, 2011), sem desconhecer a interdependência dos demais países, e no caso, especialmente do Brasil e da Argentina, reconhecendo ainda uma característica peculiar do Uruguai como um “Estado fronteira”. E por fim, ainda sobre MERCOSUL, cabe recorrer a (SCHLEE, 2002 p. 64), que de forma aguda também ao seu modo clama por mais efetividade nos processos de integração regional no contexto da integração cultural, conforme segue.

Quanto ao Mercosul, minha tendência é só enxergá-lo como o grande exercício de ficção que é. Nada melhor para nós, escritores, do que um bom tema de ficção. Por isso mesmo, penso que quando nos reunimos aqui para tratar de um assunto tão importante e que nos interessa diretamente, como o das fronteiras culturais, penso que corremos o risco de ter o Mercosul quase tornado realidade em nossa imaginação; e sugiro – diante das barreiras oficiais que enperram o processo integracionista – que devolvamos a ficção do Mercosul aos burocratas e técnicos que não tem imaginação para torná-lo realidade.

Além disso, aponta (SILVA, 2013) que deve levar em conta também a fragilidade do nosso sistema representativo, ainda hoje com forte apelo autoritário, onde líderes ocupam um espaço maior do que os dos partidos, impedindo assim a formação de novos quadros e os partidos que são capturados ou criados por lideranças regionais de cunho personalista, sendo apenas “uma forma específica do agir político p. 56”(SILVA, 2013), logo do exposto, ganha relevo os limites dos sistema político ainda imerso em mandonismos, oligarquias e lideranças carismáticas imersos em um sistema político e de consumo liberal predatório e excludente dos grupos historicamente marginalizados, e isto se aplica no Brasil, assim como em outros países sul americanos, como por exemplo Paraguai, Argentina e Venezuela e ainda pode-se encontrar ao norte com o México, portanto esta é uma chaga ainda perene nos países latino-americanos.

E pode-se acrescentar ainda que tal processo é amplificado pelos meios de comunicação de massa atualmente, e inclusive com as mídias sociais contemporâneas via redes de telecomunicação, que embora pretensamente mais abertas também não escapam desta magia, que é a produção de um simulacro da realidade em forma de espelho distorcido.

Logo, diante deste contexto de complexidade cabe enunciar a possibilidade de que o patrimônio e a memória possam ser incorporados como recurso em suas localidades, como bem aponta o pesquisador argentino (GUTIERRES, 2016), pois afirma com veemência que o patrimônio não é um fim, e sim um recurso, de tal modo que mais do que os cânones da área, especialmente os da ordem internacional, cabe mesmo os detentores dos mesmos decidirem e partilharem o seu uso. No mesmo caminho segue o francês (VARINE, 2013) ao apontar a possibilidade de desenvolvimento à partir do patrimônio cultural. E por outro lado nos lembra a pesquisadora francesa (CHOAY, 2011) que a massificação do patrimônio esta levando o próprio a uma “esclerose” destacando conforme segue “museificação, disneylandyzadição, pastiches, são signos de uma esterilização progressiva, de uma incapacidade de construir uma alternativa a um universo tecnizado e monossêmico” (CHOAY, 2011p. 38).

E por fim, restam compreender melhor e problematizar as categorias da modernidade como paradigma dominante, e em especial cidades, nações e regiões, de acordo de acordo com (PIPETONE, 2003), sem descuidar do plano regional onde está localizada São Borja, que é no estado do Rio Grande do Sul, repleto também de várias culturas, de acordo com (OLIVEN,2010). E na seara missioneira deve-se elencar memória (PESAVENTO, 2007) quando aponta a importância das missões como lugar de memória, e esta é sobretudo muito visível através do patrimônio imaterial indígena, de acordo (IPHAN, 2007), e que retirando o eufemismo mostra mesmo é a materialidade do indígena em nossos dias.

Considerações finais

A relações existentes entre os termos identidade, história e políticas públicas, são inegavelmente complexas e efetivas. A construção histórica pode recair em uma valorização de determinada cultura, e conseqüentemente no seu reflexo identitário, como também pode aniquilá-lo. A forma como um determinado grupo social se identifica pode ser explicado por meio da análise histórica. Entretanto e sugerido, também, a análise que leve em conta o caráter multidisciplinar, para uma efetiva interpretação de um processo tão complexo como este.

Em se tratando de regiões fronteiriças, como a do oeste do Rio Grande do Sul, o estudo adquire um sentido peculiar. É notável uma tendência de identidade mais próxima aos países vizinhos, em termos culturais e sociais, do que às determinadas manifestações culturais nacionais. A complexidade presente em uma região como esta aponta para estudos que considerem não apenas a oralidade como fonte de pesquisa, mas também estudos de documentos oficiais, entrevistas, estudos de material histórico, bem como o levantamento patrimonial. Este último possui um bom fator explicativo, em termos de identidade cultural.

As políticas públicas, por sua vez, devem ser projetadas levando em conta o caráter horizontal de formulação das mesmas, por meio de efetiva participação da sociedade civil. O mesmo adquire um caráter ainda mais significativo quando se trata de regiões fronteiriças. Mesmo nestas regiões, não se pode falar em algo homogêneo, uma vez que em um país continental como Brasil, existem variações ao longo de suas fronteiras. As políticas públicas, ainda que possuam um caráter nacional, devem ser formuladas de acordo com a peculiaridade de cada região.

A história pode fornecer meios para uma interpretação mais próxima do que realmente significa esta construção e constante atualização da identidade comunitária. Muitas vezes a mesma é refletida ou mesmo é um reflexo do patrimônio existente dentro desta comunidade. Obviamente que a análise deve levar em conta fatores multidisciplinares. Políticas públicas voltadas para estas áreas, formuladas e implementadas de acordo com estas diretrizes, tendem a serem mais eficazes no real alcance dos seus objetivos. Este tema é altamente fértil para pesquisas científicas, bem como contribuição para democratização do conhecimento. Espera-se que este trabalho tenha contribuído para uma singela interpretação de fenômenos tão complexos, como os trabalhados neste texto.

Portanto, a fronteira mescla de forma incisiva e contraditória, por um lado o excesso de estado, com suas repartições públicas e rituais que envolvem a burocracia estatal de ambos os países, ou seja, no caso em tela Brasil e Argentina. Agora por outro lado, estando estes territórios ficarem longe das centralidades estatais, seja ela estadual, provincial e mais ainda do Distrito Federal e ainda da Capital Federal. Assim, via de regra, a fronteira padece de excesso de estado e muitas vezes de ausência como em critérios como em políticas públicas de saúde.

E cabe ainda cruzar os temas abordados no conturbado contexto regional, permeado de possibilidades e limites, de tal modo, patrimônio, memória e políticas públicas é devires, sobretudo para melhorar as condições de vida das populações locais, de tal modo que este estudo aponta para novos devires a serem partilhados e realizados entre o campo acadêmico com o campo social e o campo político.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AROCENA, Rodrigo, GERARDO, Caetano. Sobre los futuribles del Uruguay internacional, hoy e ayer: Los desafíos de una mirada prospectiva. **La Aventura Uruguaya: El País e El Mundo**. 1.ed. Montevideo UY: Editorial Sudamerica S.A., 2011.

BERTÊ, Ana Maria A; *et al.* Perfil socioeconômico – COREDE Fronteira Oeste. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 26, p. 296-335, fev. 2016. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/viewFile/3741/3633>. Acesso em: 17 out. 2016.

BORDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**[edição estabelecida por Patrick Champagne[et. al.]] 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Arquivo Nacional. Ministério da Justiça e Cidadania. **Acervo da guerra do Paraguai premiado com registro “Memória do mundo” da UNESCO**. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/banner-principal/267-acervo-da-guerra-do-paraguai-premiado-com-registro-memoria-do-mundo-da-unesco.html> Acesso em: 12 dez. 2016.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. 1. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Françoise Choay. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CAMPIGOTO, José A. Narrativas e culturas de fronteira na América do Sul. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 379-409, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/6643>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

CARDIN, Eric Gustavo. Para pensar as fronteiras: apontamentos iniciais para construção de uma teoria das fronteiras. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1244-1256, 2013. Disponível em: <http://www.revistageonorte.ufam.edu.br>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

CEOLIN, Lisianne S; COLVERO, Ronaldo B; SANTOS, Lia M. Processos de Integração na Fronteira: Mecanismos Adotados por São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina). **Revista Intellector**, Ano XII, Volume XIII, Nº 25 Julho/Dezembro de 2016, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/download/100/69>. Acesso em: 13 out. 2016.

COLVERO, Ronaldo B. **Negócios na Madrugada: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.

COLVERO, Ronaldo B; MAURER, Rodrigo F. (Orgs.) **Missões em Mosaico: da interpretação à prática, um conjunto de experiências**. Porto Alegre: Faith, 2011.

COLVERO, Ronaldo; RHODEN, Valmor; SEVERO, Marconi. Memoriais, cultura e política: simbologia das homenagens *post mortem* na comunidade são-borjense. **MOUSEION**, Canoas, n.22, dez. 2015, p. 177-194. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1981-7207.15.16/pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

DAGNINO, Renato, COSTA, Greiner Do Estado Herdado ao Estado Necessário: uma visão sobre o desafio central da gestão pública. In. **Gestão Estratégica em Políticas Públicas**. COSTA, Greiner, DAGNINO, Renato, orgs. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. p. 15-33.

GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do tratado de Tordesilhas (1420-1920)** Porto Alegre: Sulina, 2010.

GRUMAN, Marcelo. Estado moderno, políticas públicas e democracia cultural: o caso brasileiro. **Coletânea de Políticas Públicas de Cultura: práticas e reflexões**. Org. Lucio Rennó. Brasília: Universidade Católica de Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

GUTIÉRRES, Ramon. **Repensando el Patrimonio desde América Latina**. Palestra IV Seminário Comemorativo Dia do Patrimônio. O Patrimônio e a Cidade: Leituras da Paisagem Urbana : 31 de ago. a 2 de set. de 2016. Disponível em <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/seminario/> acesso em 12/12/2016

HARTMANN, Luciana. Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 125-153, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000200007. Acesso em: 06 de maio de 2015.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino – Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. (2008).

HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence.Orgs. **A Invenção das Tradições**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados gerais**. Acesso em 12 de dez. de 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **TAVA MIRI São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia de Pedra: os Mbyá-Guarani nas Missões**. Org. José Otávio Catafesto de Souza et. al. 1. ed. Porto Alegre, 2007.

JOVINO, Danilo; SEVERO, Marconi; COLVERO, Ronaldo B. O que um patrimônio tem para nos contar? In: MARTINS, Tiago. (org.). **Política e economia da cultura e os gastos públicos municipais: um estudo na Região das Missões - RS** [recurso eletrônico]. EDUNISC: Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: www.unisc.br/edunisc. Acesso em: 17 out. 2016.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo e o hino.** Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999 (1º edição). Reimpressão, 2005.

MAESTRI, Mario. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais.** Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MARTINS, José de Souza. Brasília: arquitetura moderna do Brasil arcaico. **A política do Brasil: lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEN, Ruben George. Rio Grande do Sul, um só estado, várias culturas. **Expressões da Cultura Gaúcha.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

PIPITONE, Ugo. **Ciudades, Naciones, Regiones: Los espacios institucionales de la modernidad.** 1. ed. México, D.F.: FCE, 2003.

PESAVENTO, Sandra. Missões, um espaço no tempo: paisagens da memória. **Fronteiras do mundo ibérico: patrimônio, território e memória das Missões.** Org. Sandra Jatayh Pesavento e Ana Lúcia Golzer Meira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PENNAFORTE, Charles, RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Mercosul 25 anos: avanços impasses e perspectivas.** Ed. Cenegri: Pelotas, 2016.

RECKZIEGEL, Ana Luiza S. A fronteira como marco das conexões políticas inter-regionais. **Revista História: debates e tendências.** vol. 3, nº.2. Passo Fundo: dezembro de 2002.

_____. História regional: dimensões teórico-conceituais. **Revista História: debates e tendências.** Passo Fundo, Vol. 1. Nº. 1. Junho de 1999.

RIBEIRO, António Pinto. Uma identidade sem fronteiras. **Público.** Lisboa - Portugal, 2011. Acesso em: 12 de dez. 2016. Disponível em <https://www.publico.pt/2011/08/04/culturaipsilon/noticia/uma-identidade-sem-fronteiras--291182>

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **A América Latina existe?** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

_____. **Utopia Brasil.** Org. Isa Ferraz. São Paulo: Hedra, 2008.

RUBINO, Silvana. O Patrimônio: História e Memória como reivindicação e recurso. **Agenda brasileira: temas para uma sociedade em mudança.** André Botelho e Lília Schwarcz(orgs). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 392-399

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Rev. Tempo Social.** USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994). Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Modernidade%20Identidade%20Fronteira_TempoSocial1994.pdf. Acesso em: 06 de maio de 2015.

SANTOS, César Ricardo Simoni. A dinâmica territorial brasileira e a inversão da “tese da fronteira” na porção sul do novo mundo. **Revista de Geografia Norte Grande**, n° 47, 2010. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-34022010000300007&script=sci_arttext. Acesso em: 06 de maio de 2015.

SCHLEE, Aldyr. Integração Cultural Regional. **Fronteiras culturais**. Maria Helena Martins Org. 1. ed. Porto Alegre: Ateliê Editorial, 2002.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Contage Learning, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Tradição e modernidade no agir político na América do Sul: a questão da crise de representatividade. **Instituições Sul-americanas no tempo presente: caminhos da integração**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 30 ago. 2016.

VARINE, Hugues de. **Raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. 1ª Reimpressão – Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VILLAR, Pilar Carolina, SANT’ANNA, Fernanda Mello. A água como fator de integração regional na América do Sul. **América Latina no mundo: Desenvolvimento Regional e Governança Internacional**. Ricardo Lagos Coord. São Paulo, Ed. USP, 2014. p.251-266.